

Diário do Legislativo de 22/03/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PHS E PSC)

Líder: Deputado Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PSDB), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Ricardo Duarte

Vice-Líderes: Deputada Elisa Costa (PT) e Deputado Edson Resende (PT)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Gustavo Corrêa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO PPS

Líder: Deputado Márcio Kangussu

Vice-Líder: Deputado Marlos Fernandes

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PSDB), Paulo Piau (PPS) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Miguel Martini (PHS)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Jéssus Lima (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/Pcdo
B

Deputado Antônio Genaro BPSB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo César BPSB

Deputada Maria Olívia BPSB

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PcdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente
Quintão

Deputado Edson PT/Pcdo Vice-Presidente
Rezende B

Deputada Ana BPSB
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSB
Helvécio

Deputado J3sus PT/Pcdo
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jos3 PMDB
Henrique

Deputado Roberto PT/PcdoB
Carvalho

Deputado Djalma Diniz PPS

Deputado Sebastião PPS
Costa

Deputada Cec3lia PT/PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordin3rias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSB Presidente
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado PPS
Sebastião Costa

Deputado BPSB
Ermano Batista

Deputado PT/Pcdo
Adelmo Carneiro B
Le3o

Deputado George PP
Hilton

Deputado PFL
Gustavo Corr3a

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSB

Deputado Ant3nio J3lio PMDB

Deputado Marlos PPS
Fernandes

Deputado Leonídio BPSB
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PcdoB
Lara

Deputado Roberto BPSB
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputada Vanessa Lucas BPSB Vice-Presidente

Deputado Domingos Sávio BPSB

Deputado Biel PT/PcdoB
Rocha B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Ana Maria BPSB
Resende

Deputada Lúcia BPSB
Pacífico

Deputado André PT/PcdoB
Quintão

Deputado José PMDB
Henrique

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia BPSB Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João BPSB
Leite

Deputado J3esus PT/Pcdo
Lima B

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ant3onio J3ulio PMDB

Deputado Leon3idio BPSP
Bouças

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado Padre Jo3ao PT/PcdoB

Deputado C3elio BPSP
Moreira

COMISS3O DE DIREITOS HUMANOS

Reuni3oes Ordin3arias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/Pcdo Presidente
3ngelo B

Deputado Roberto Ramos BPSP Vice-Presidente

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado Z3e BPSP
Maia

Deputado Paulo BPSP
C3esar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PcdoB

Deputado Ant3onio BPSP
Genaro

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISS3O DE EDUCA3O, CI3ENCIA, TECNOLOGIA E INFORM3TICA

Reuni3oes Ordin3arias – quintas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Biel PT/Pcdo
Rocha B

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Weliton PT/PcdoB
Prado

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Domingos Sávio BPSP Presidente

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente
Lessa

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Ermanno Batista BPSP

Deputada Elisa PT/Pcdo
Costa B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Alberto PP
Pinto Coelho

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Luiz Humberto BPS
Carneiro

Deputado Irani Barbosa BPS

Deputado André Quintão PT/PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PPS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdoB Presidente
Laudelino Augusto

Deputado BPS Vice-Presidente
Doutor Ronaldo

Deputado João BPS
Leite

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado PPS
Márcio Kangussu

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Alencar da BPS
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPS
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/Pcdo Presidente
Tereza Lara B

Deputado José BPSP Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado André PT/Pcdo
Quintão B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PcdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado João Leite BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PcdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/PCdo Presidente
João B

Deputado Marlos PPS Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT/PcdoB
Lara

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Paulo Piau PPS

Deputado Doutor BPSP

Ronaldo

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado PPS Vice-Presidente
Djalma Diniz

Deputado PT/PcdoB
Ricardo Duarte

Deputado PP
Pinduca Ferreira

Deputada BPSP
Vanessa Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Durval PT/PcdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado BPSP
Domingos Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adelmo PT/PcdoB Presidente
Carneiro Leão B

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PcdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSB
Helvécio

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Jayro Lessa PFL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSB Presidente
Maia

Deputado PFL Vice-Presidente
Leonardo Moreira

Deputado BPSB
Sargento Rodrigues

Deputado PT/Pcdo
Weliton Prado B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSB
Resende

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado Adelmo PT/PcdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar BPSB Presidente
da Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/Pcdo Vice-Presidente
Costa B

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputada Jô PT/Pcdo
Moraes B

Deputado PFL
Gustavo
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PcdoB
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Carlos PT/PcdoB
Gomes

Deputado Paulo César BPSP

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio BPSP Presidente
Moreira

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Roberto Carvalho PT/Pcdo
B

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio PPS
Kangussu

Deputado Ricardo PT/PcdoB
Duarte

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo BPSB Presidente
César

Deputado Carlos PT/Pcdo Vice-Presidente
Gomes B

Deputada Cecília PT/Pcdo
Ferramenta B

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado BPSB
Leonídio Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PcdoB

Deputado Durval PT/PcdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSB
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 2ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização de Homenagem ao Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares - Ceppo - e à Posse de Sua Diretoria

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 20/3/2006

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Antônio Andrade - Posse da Diretoria do Ceppo - Palavras do Sr. Acir Antão - Entrega de placa - Palavras do Sr. Carlos Lindenberg - Palavras do Ministro Hélio Costa - Palavras do Governador do Estado - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Doutor Viana - Edson Rezende - Elisa Costa - Fahim Sawan - George Hilton - Gustavo Corrêa - Jayro Lessa - Jesus Lima - José Henrique - Laudelino Augusto - Lúcia Pacífico - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Paulo Cesar - Ricardo Duarte - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado José Henrique, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à Mesa os Exmos. Srs. Aécio Neves, Governador do Estado; Francelino Pereira, ex-Governador do Estado; Jornalista Acir Antão, Presidente do Ceppo; Jornalista Carlos Lindenberg, Presidente eleito do Ceppo; Senador Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações; Deputado Federal Patrus Ananias de Sousa, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Deputado Federal Saraiva Felipe, Ministro de Estado da Saúde; Desembargador Hugo Bengtsson, Presidente do Tribunal de Justiça; Senador Eduardo Azeredo, ex-Governador do Estado; Deputado Federal Rafael Guerra; Jarbas Soares, Procurador-Geral de Justiça; Ronaldo Vasconcellos, Vice-Prefeito Municipal de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal, Fernando Pimentel; Vereadora Neusinha Santos, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Deputado Antônio Andrade, 1º-Secretário desta Casa.

Registro de Presença

O locutor - Registramos as presenças dos Srs. Deputado Federal Danilo de Castro, Secretário de Governo; Marcos Montes, Secretário de Esportes, ex-Prefeito de Uberaba; Stephan Salej, ex-Presidente da Fiemg; Ronaldo Tadeu Pena, Magnífico Reitor da UFMG; Arnaldo Vale, Diretor Comercial da Rede Record de Televisão; Senador Arlindo Porto; Ana Lúcia Gazzola, ex-Reitora da UFMG; Renato Campos, Diretor Administrativo da Sociedade Mineira de Agricultura; Carlos Alberto Pena, Consultor da ONU; Márcio Nunes, Presidente da Copasa; Marcos Tito, ex-Deputado Federal; Nilmário Miranda, Presidente do PT de Minas Gerais; Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da Polícia Militar; Teodoro Alves Lamounier, Presidente da Cohab-MG; Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras; Getúlio Gontijo de Amorim, assessor parlamentar do IEF, representando o Diretor-Geral, Humberto Candeias Cavalcanti; Arthur Lopes Filho, Presidente da Federaminas; Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, Secretário do Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Sérgio Moreira, Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - Abrajat -; Prof. Paulo César Gonçalves de Almeida, Magnífico Reitor da Unimontes; Aloísio Lopes, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; Jerônimo Alves, Presidente do jornal "Hoje em Dia"; da ex-Deputada Estadual Maria Elvira; do ex-Deputado Roberto Amaral, representando a Copago de Montes Claros; do Sr. Sylo Costa, ex-Deputado Estadual e Conselheiro do Tribunal de Contas; da Vereadora Luzia Ferreira; dos ex-Deputados Carlos Elói e Genival Tourinho; dos Srs. Agostinho Patrus, Secretário de Transportes e Obras Públicas e ex-Presidente desta Casa; Paulo César de Oliveira, jornalista do "Hoje em Dia" e Diretor-Presidente da revista "Encontro"; e. Eduardo Bernes, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais. Passo a ler nota de S. Exa. o Vice-Presidente da República e Ministro de Estado da Defesa, José Alencar, endereçada ao Jornalista Carlos Lindenberg. (- Lê:)

"Ilustre Presidente, agradeço-lhe o honroso convite para a reunião especial com que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais homenageia o Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares - Ceppo -, por ocasião da posse da nova diretoria, presidida pelo caro amigo. Ao longo das últimas décadas, o Ceppo tem ajudado a escrever a história política de nosso Estado, através da brilhante e correta atuação dos cronistas filiados. Especialmente na cobertura da atividade parlamentar, os jornalistas têm mostrado à população mineira, com isenção e objetividade, os trabalhos da Casa do povo, contribuindo assim para a formação e o aperfeiçoamento da consciência política do eleitorado de Minas. Merece, por isso, o Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais o nosso aplauso e o reconhecimento da população.

Gostaria muitíssimo de estar presente à reunião especial, mas, conforme lhe informei em audiência no Palácio do Planalto, estarei em viagem oficial ao exterior, nessa data. Peço-lhe relevar a minha ausência, ao mesmo tempo que, por seu intermédio, levo aos demais componentes da Diretoria minha especial saudação e os votos de um profícuo trabalho. Atenciosamente, José Alencar, Vice-Presidente da República e Ministro de Estado da Defesa."

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização, a pedido do Colégio de Líderes, de homenagem ao Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares - Ceppo - e à posse de sua diretoria eleita para o biênio 2005-2007.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, para seu pronunciamento, o Deputado Antônio Andrade, 1º-Secretário desta Casa, que falará em nome do Colégio de Líderes.

Palavras do Deputado Antônio Andrade

Para mim é motivo de grande satisfação estar aqui hoje representando o Colégio de Líderes desta Casa, cujos integrantes assinaram o requerimento que possibilitou a realização desta solenidade que marca a posse da nova Diretoria do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares do Estado de Minas Gerais, o Ceppo. Uma satisfação que decorre da importância desta entidade representativa dos jornalistas que cumprem a importante missão de acompanhar os trabalhos parlamentares nesta Assembléia Legislativa.

De fato, desde meu primeiro mandato como Deputado Estadual, percebi a importância que os jornalistas têm na cobertura dos trabalhos legislativos. É através dos jornais e das emissoras de rádio e televisão que o eleitor pode saber como tem atuado o Deputado por ele escolhido para representá-lo na Assembléia. E é essa uma missão fundamental para a consolidação da democracia, que o povo brasileiro reconquistou, de forma plena, com a Constituição da República de 1988.

É importante destacar que o papel da imprensa não se restringe a informar o que acontece no Plenário, nas Comissões ou nas audiências públicas. Também são fundamentais as críticas feitas pelos cronistas que cobrem o dia-a-dia da Assembléia, pois elas mostram os erros que, eventualmente, os integrantes desta Casa ou este Poder, como instituição, possam vir a cometer.

Por esta razão, o papel exercido pelo Ceppo é tão importante, proporcionando as condições para que os jornalistas e os cronistas políticos possam exercer o seu trabalho nesta Casa. Ciente do trabalho essencial prestado à sociedade pelos jornalistas, a Assembléia Legislativa vem, nos últimos anos, melhorando a infra-estrutura que disponibiliza para que o trabalho da imprensa seja cada vez mais produtivo. Foram feitos investimentos na nova sala de imprensa anexa ao Plenário; foi reformada a sala de imprensa, onde tradicionalmente são feitas as entrevistas coletivas; foram instalados equipamentos de fax e novos terminais de computadores, sempre com o objetivo de proporcionar aos jornalistas todas as condições para o exercício de sua cobertura diária.

Gostaria de destacar ainda a independência que pauta a atuação dos jornalistas que trabalham na Assembléia Legislativa, sempre combativa, instigante, em busca permanente da verdade. O importante é que sempre conseguimos superar as dificuldades ocasionais, em nome do convívio democrático, que deve ser a marca dos representantes do povo e dos profissionais encarregados de levar as informações que vão afetar os direitos, as vidas e o trabalho das pessoas.

Em nome dessa convergência de interesses e dessa convivência democrática, que caracterizam o relacionamento entre os Deputados e os jornalistas que fazem a cobertura diária da Assembléia Legislativa, é que saúdo a nova direção do Ceppo.

Esta homenagem está baseada na convicção de que essa entidade ganha importância e representatividade a cada ano, em função de sua missão de ajudar os jornalistas e cronistas políticos mineiros a desempenharem com independência e liberdade sua missão de bem informar o povo de nosso Estado. Muito Obrigado!

Posse da Diretoria do Ceppo

O locutor - Convidamos para assinar o livro de posse os seguintes membros da diretoria eleita: Srs. Carlos Lindenberg, Presidente; João Carlos Amaral, Vice-Presidente; Márcio Dotti, 1º-Secretário; Luiz Carlos Bernardes, 2º-Secretário; Eduardo de Ávila, 1º-Tesoureiro; e Sra. Valéria Rodrigues, 2ª-Tesoureira.

Convidamos também para assinarem o livro de posse os membros suplentes da diretoria: Srs. Fábio Luiz Reis e Lúcio Braga Guimarães.

Convidamos, ainda, os membros do conselho fiscal: Srs. Cristiano Ferreira de Melo e Maurício Reis e Sra. Sueli Cota.

- Procede-se à assinatura do termo de posse.

O locutor - O conselho especial passa a ter a seguinte composição: Srs. Acir Antão; Antônio de Pádua Bandeira de Melo; Ariosto da Silveira; Flávio de Castro Penna; Francisco Stehling Neto; Jadir Barroso dos Santos; João Bosco Martins Salles; José Geraldo Bandeira de Melo; Manoel Fagundes Murta; Marton Victor dos Santos; Roberto Elísio de Castro Silva; Sebastião Ricardo Horta Maciel.

Com a palavra, para declaração de posse, o jornalista Acir Antão.

O Sr. Acir Antão - Declaro empossada a diretoria do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais - Ceppo - eleita para o biênio 2005-2007.

Palavras do Sr. Acir Antão

Senhoras e senhores, é um momento muito importante para todos nós, do Ceppo, que nos reunamos mais uma vez no Plenário desta augusta Casa para dar posse à nova diretoria do Ceppo, liderada por essa grande figura do jornalismo mineiro, o companheiro Carlos Lindenberg.

Sinto-me feliz e realizado de estar aqui fazendo este discurso singelo, mas muito importante, porque concretiza algo extremamente significativo para o Ceppo, que é a posse do Lindenberg e sua diretoria.

O Lindenberg é um companheiro valoroso e extraordinário, que milita na imprensa mineira há muitos anos. Nascido em Espinosa, fez, como ele mesmo disse, longo estágio em Montes Claros. Sempre que encontramos com algum companheiro ou amigo do Norte de Minas, comprovamos o quanto este homem, que veio para Belo Horizonte desenvolver seu trabalho jornalístico, é benquisto por seus conterrâneos. A primeira pergunta que nos fazem é: "Como está o Beguinho?". Beguinho é o Lindenberg.

Conheci-o na década de 70, quando também eu iniciava o trabalho de reportagens políticas, época em que a Assembléia Legislativa ainda

funcionava no prédio da Rua dos Tamóios. Ele era repórter da revista "Veja", que havia sido lançada um ou dois anos antes.

Os momentos da Assembléia Legislativa na Rua dos Tamóios são inesquecíveis. A reportagem política não era feita apenas dentro do prédio, mas estendia-se à Gruta OK, com o gostoso quibe, refrigerante ou chopinho, e à Padaria Bosque, que ficava na esquina de Tamóios e Rio de Janeiro e onde se comia delicioso sanduíche. O prédio da Assembléia era muito pequeno. Então, às vezes, complementávamos as reportagens do lado de fora, nesses dois pontos.

Eu trabalhava na Rádio Minas, que ficava na Rua Rio de Janeiro, entre a Praça Sete e a Rua Tupinambás. A gente, então, circulava pela cidade. Tudo ficava no Centro: a Assembléia, na Rua dos Tamóios; a Câmara Municipal, na Rua da Bahia; a Prefeitura, na Av. Afonso Pena; e o Palácio da Liberdade logo ali, na Praça da Liberdade.

Então, era possível fazer tudo isso a pé, carregando o gravador. Lindenberg, depois da "Veja", esteve na Rede Globo e no jornal "O Globo". Ademais, foi Secretário de Imprensa do governo de Minas. Depois, veio para o "Hoje em Dia". Hoje, está aqui, neste instante, tomando posse como Presidente do Ceppo. Lembro que, no jornal "Hoje em Dia", ele inaugurou uma coluna diária de política.

Neste instante em que a sociedade mineira e as lideranças políticas deste Estado reúnem-se neste Plenário para comemorar este momento tão importante para a imprensa de Minas Gerais, sobretudo para sua imprensa política - o nosso Estado não deixou de fazer política, continuamos um Estado essencialmente político -, lembro-me de que, há cerca de oito ou nove anos, quando o Fagundes Murta tomava posse para um biênio no Ceppo, já defendia a reforma política. Infelizmente, até hoje ela não chegou. Continuaremos defendendo-a.

Neste momento em que as principais lideranças políticas de Minas aqui se encontram, lembrarei um pequeno fato acontecido em 1984. No mês de agosto do referido ano, tivemos as campanhas para o colégio eleitoral, quando se pontificaram duas candidaturas: a do Sr. Tancredo Neves, Governador do Estado de Minas Gerais, lançada no encontro de Governadores em São Paulo pelo querido e saudoso Governador Franco Montoro; e a do ex-Ministro do Interior, Cel. Mário Andreazza. No PDS, havia dois candidatos: Mário Andreazza e Paulo Maluf. O PMDB, que havia saído de uma fusão com o PP em todo o Brasil, tinha como candidato o Governador de Minas Gerais, Sr. Tancredo Neves.

As duas convenções realizaram-se em Brasília, praticamente no mesmo dia. A do PMDB aconteceu no Plenário da Câmara, e a do PDS, no Centro de Convenções de Brasília. Fui cobrir a convenção do PDS. Lembro-me de que aqui o nosso atual Conselheiro do Tribunal de Contas era talvez o único defensor - se havia outro, não me recordo - da candidatura de Mário Andreazza. Conversávamos com os demais Deputados, mas ninguém respondia nada. Naquela manhã-tarde de sábado, no Centro de Convenções de Brasília, enquanto se desenvolvia a votação entre Maluf e Andreazza, comecei a conversar com os eleitores do PDS de Minas. Quase todos me diziam que estavam votando em Maluf. Pensei: ninguém havia expressado a intenção de votar em Maluf. Então, por que essa transformação repentina? Diante disso, fui conversar com o "Deputado Jesus Trindade Barreto. Perguntei-lhe: "Deputado, o que aconteceu com o PDS? Está todo o mundo votando no Maluf, apesar de ninguém ter expressado isso antes". Com muita propriedade e sabedoria, ele me respondeu: "Sabe por que estamos votando em Maluf?" Falei: "não. Por quê?" Ele me disse: "Para dar Tancredo mais rápido e mais fácil".

Portanto, naquele momento, era a união de Minas Gerais que se processava durante a convenção de um partido contrário. Estou lembrando esse fato para dizer que, quando Minas se une, o Brasil ganha. Boa noite.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Rêmoló Aloise, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará entrega ao Presidente eleito, jornalista Carlos Lindenberg, e ao ex-Presidente, jornalista Acir Antão, de uma placa em homenagem ao Ceppo. Solicitamos aos referidos jornalistas a gentileza de se posicionarem no local indicado pela equipe do cerimonial. A placa contém os seguintes dizeres: "Criado há mais de meio século, o Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares do Estado de Minas Gerais - Ceppo - sempre prestou relevantes serviços à imprensa mineira e à Assembléia Legislativa. A divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos Deputados vem sendo empreendida de forma significativa, um dos motivos que fazem da entidade uma das mais reconhecidas pelos jornalistas mineiros. A homenagem do Parlamento de Minas ao Ceppo por todos esses anos de sucesso e profissionalismo."

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Exmo. Sr. Governador Aécio Neves e o 1º-Secretário desta Casa, Deputado Antônio Andrade, para participarem da entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Carlos Lindenberg

Exmo. Sr. 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Rêmoló Aloise, representando o Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres; Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Aécio Neves; Exmo. ex-Governador do Estado, Dr. Francélinó Pereira; jornalista e companheiro Acir Antão; Exmo. Sr. Ministro das Comunicações, Dr. Hélio Costa; Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Deputado Federal Patrus Ananias; Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Deputado Saraiva Felipe; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Hugo Bengtsson Júnior; Senador Eduardo Azeredo; Exmo. Sr. Deputado Federal Rafael Guerra; Exmo. Procurador-Geral de Justiça do Estado, Sr. Jarbas Soares; Exmo. Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Deputado Ronaldo Vasconcellos, representando o Exmo. Sr. Prefeito desta cidade, Fernando Pimentel; Exma. Sra. Vereadora Neusinha Santos, Líder de Governo na Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando o Presidente e Vereador Sílvio Resende; Exmo. Sr. 1º-Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Antônio Andrade, minhas senhoras, meus senhores, meus amigos, companheiros de Diretoria, assumo a Presidência do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais com plena consciência das responsabilidades decorrentes da função de dirigir a única entidade mineira que especificamente representa a sua crônica política.

Neste momento, constato que o exercício dessa função articula de maneira produtiva e feliz três temas. Esses temas, sobre os quais nós, os jornalistas políticos de Minas Gerais, temos dedicado o melhor de nossa vida profissional, podem ser assim enunciados: Minas e seu papel na vida nacional; a política, como ação pública de construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna, e o jornalismo como produção de entendimento sobre assuntos do interesse coletivo.

Quero abordá-los aqui, neste momento solene, na Casa que representa os diversos e abrangentes interesses da sociedade mineira, porque tais temas expressam, de forma inequívoca, a compreensão que o Ceppo de Minas Gerais tem sobre a sua função e a sua importância na atividade do jornalismo político em Minas Gerais.

O Brasil atravessa uma fase turbulenta da sua história - sem descurar a importância do que significa essa turbulência para a construção da democracia em nosso país, das instituições ainda tão frágeis, porque tão recentes no cotidiano da nossa vida pública. Hoje, talvez mais do que nunca, a ação política mostra-se carente da visão e da serenidade que, ao longo do tempo, transformaram o nosso Estado em fator do próprio equilíbrio nacional. Ou, como disse Amoroso Lima, num momento em que pressentia a necessidade de convocação de Minas para a preservação

dos valores nacionais: "Tenho a intuição de que Minas não vai ficar silenciosa. Tenho o pressentimento de que os valores intelectuais que fazem hoje de Minas o mais impressionante conjunto cultural do País vão trazer ao século, como já o estão fazendo, alguma coisa de importante. Tenho a certeza de que o senso moral mineiro não falhará. Num Brasil em plena participação universal nos acontecimentos, em que o Norte, o Sul, o litoral e o sertão mandam as suas mensagens que se cruzam, Minas é o centro do cruzamento dessas mensagens; é a encruzilhada de todos os caminhos brasileiros no mundo moderno. Poderá ser amanhã, no pleno sentido da expressão, a chave da abóbada na nossa civilização.

Minas e seus mistérios, Minas e seu jeito de ser, conciliando a ordem e a rebelião, a pragmática e a utopia, procura sempre a convergência dos contrários para servir melhor ao nosso projeto de Nação soberana, altiva e emancipada. Ou, como disse o seu poeta maior, Carlos Drummond de Andrade: "Ninguém sabe Minas.../ Só os mineiros sabem.../ E não dizem/ nem a si mesmos o irrelatável segredo/chamado Minas".

Esta Casa Legislativa constitui a representação mais legítima da alma mineira - com suas controvérsias, esquisitices e contradições - justamente porque aqui se concentram os eleitos pelo povo nas suas mais diversas regiões e nos seus mais variados pensamentos políticos. Aqui se concentra a síntese do que se convencionou chamar de mineiridade, essa mineiridade que se contrapõe aos radicalismos com a mesma energia com que repudia comodismos e omissões.

Esse "grave senso da ordem" de que nos falava João Pinheiro, talvez seja ele - ou exatamente ele - o componente maior da grandeza de Minas.

Entendo que a política e o jornalismo têm afinidades profundas, até porque, cada qual no seu campo, tanto um quanto o outro se confundem dentro da definição do que vem a ser a defesa do interesse público. Especificamente em um País como o nosso, onde o sentimento democrático nem sempre faz parte da índole de suas elites, mas é um sentimento que se origina da natureza controversa e contraditória da sua formação, tornou essencial, no nosso Estado, essa sua vocação para o exercício da difícil, mas fascinante, atividade que se chama política, entendida como a ação que convoca e pode realizar "mundos possíveis" no lugar onde existiriam tão somente conflito e impossibilidade.

Mas é também o que garante essa difícil e igualmente fascinante atividade chamada jornalismo, que é, no dizer de seus profissionais, o relato da ação humana, na sua grandeza ou na expressão da sua impossibilidade.

Tenho ouvido dos companheiros da nova direção do Ceppo, da mesma forma como de velhos companheiros e integrantes da nova geração da imprensa, sobre a necessidade de se revigorar a presença da imagem de Minas e do seu jornalismo perante o cenário nacional. Esta é, aliás, a preocupação maior no ânimo da nossa entidade.

O Governador Aécio Neves, cujo comparecimento a esta reunião tanto nos sensibiliza, não apenas pelo prestígio da sua presença, mas sobretudo pelo que ela representa de respeito e reconhecimento à crônica política mineira, já exercita na sua plenitude a missão do Chefe do Poder Executivo do Estado. Os Ministros mineiros, junto ao governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Luiz Dulci, Hélio Costa, Patrus Ananias, Saraiva Felipe e Walfrido dos Mares Guia - aqui testemunham e, mais do que isso, expressam a importância da unidade de Minas, acima de partidos, conveniências pessoais, grupais ou empresariais.

O Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares quer ser um dos veículos dessa ofensiva em direção à retomada da importância de Minas, como disse e como tem obrigatoriamente de ser, acima de partidos, de interesses ou conveniências momentâneas de indivíduos ou de grupos. Porque, na verdade, como já proclamado por Guimarães Rosa, "Minas Gerais é muitas, porém, e contudo, uma." É em nome dessa unidade, por sua legitimidade e pela necessidade que se impõe o interesse de Minas e dos mineiros, que o Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares se propõe a provocar o debate entre as diversas correntes do pensamento e da ação política de Minas, na busca de um novo horizonte de onde se poderão avistar os mais altos objetivos que dizem respeito aos interesses da população de nosso Estado. A crônica política de Minas conchama os atores que compõem esse cenário para que possamos manter Minas na vanguarda do processo de evolução social e político do nosso país. Minas à frente, com os mineiros, sempre, ainda que, num momento ou outro, tenhamos que ordenar melhor nossas fileiras, estudar mais nossa estratégia para que possamos avançar um passo adiante.

Senhoras e Senhores, em palestras que sou eventualmente convidado a ministrar, tenho formulado que, no meu entendimento, invariavelmente, a palavra jornalismo quer dizer apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, idéias, acontecimentos e informações gerais, com veracidade, exatidão, clareza e rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação. Essa definição se estende, obviamente, a todo tipo de veículo de comunicação, qualquer que seja a modalidade da emissão - imprensa falada ou televisiva. Em outras palavras, fazer jornalismo é descrever o fato de forma verdadeira ou verossímil, sem omissões intencionais, mas também sem julgamentos.

A imprensa, como dizia o grande Rui Barbosa, é a vista da Nação, até mesmo na busca de impedir, ainda lembrando Rui, "o triunfo das nulidades e a prosperidade da desonra. Se liberdade e responsabilidade são irmãs, jornalismo e verdade são gêmeos."

A busca dessa convergência, no entanto, não é tarefa fácil nem ontem nem nos dias de hoje. Ontem, era a luta contra o obscurantismo em sua forma mais cruel. Hoje, são as incompreensões de uma sociedade que, despertada para os embates da vida democrática, não sabe mais distinguir entre os privilégios de uns poucos e os direitos e deveres de todos. Esse é um dos dilemas do nosso tempo. Diante desse quadro, não é demais repetir que a melhor definição de jornalismo seria a de que ele existe para satisfazer os aflitos e corrigir os satisfeitos. Com esse entendimento, não há justificativa para a contemporização com os desvios de conduta, com a violência, com a corrupção e a mentira.

Alega-se, às vezes, não sem razão, que a imprensa julga e condena antes que se tenha a culpa formada. Os que assim pensam, confundem o trabalho da imprensa com a necessariamente lenta, prestação da justiça. São coisas distintas, até porque a segunda é grau de recurso da primeira. A imprensa não julga, apura. A imprensa não condena, informa. Quem arbitra essa questão é a opinião pública. Mas não custa repetir que, ainda assim, a imprensa não tem o dever apenas, o que não é pouco, de informar, mas, e principalmente, a responsabilidade de elucidar os fatos. Para tanto, é necessário, e repetiremos isso mil vezes se necessário for, que o noticiário deve respeitar sempre a presunção da inocência em casos de denúncias, o estabelecimento do contraditório, quando há dois lados em conflito, ajuda-nos a buscar com determinação a verdade factual, aquele núcleo duro do real que, segundo Hannah Arendt, difere da verdade científica ou das verdades filosóficas e religiosas.

É na busca dos fatos, na sua elucidação, que podemos encontrar a tão preciosa verdade factual, ainda que se saiba que aquilo que é provável não é necessariamente a verdade e que a verdade nem sempre é provável. Por isso devemos sempre ouvir, ainda que numa única e efêmera notícia, todos os personagens nela envolvidos. Em casos assim não se trata apenas de uma recomendação da boa técnica jornalística, senão da imposição da nossa consciência, da exigência ética do exercício profissional.

Meus companheiros e eu, membros da diretoria do Ceppo, agradecemos a presença de quantos aqui vieram trazer-nos o calor da sua solidariedade, do seu apoio e da sua amizade. Agradecemos especialmente ao Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa, neste ato representado pelo Deputado Rêmolo Aloise, por esta reunião realizada a requerimento das lideranças partidárias, a quem agradecemos na excelsa figura do Deputado Antônio Andrade, que as representou. Somos gratos igualmente ao Desembargador Hugo Bengtsson Júnior, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas, a mais alta categoria do Poder Judiciário do Estado.

Ao caro companheiro Acir Antão, a quem sucedo no cargo, reafirmo a certeza da minha admiração e alto apreço que dedico a um dos mais

respeitáveis integrantes da imprensa falada em Minas.

Por fim, senhoras e senhores, peço licença para prestar sincera homenagem de reverência a um dos Presidentes da nossa entidade, o já saudoso jornalista Leonardo Fulgêncio, tão prematuramente retirado do nosso convívio. Na lembrança à sua memória, reverencio também todos os companheiros que presidiram a nossa entidade, muitos aqui presentes, e todos os cronistas que, na imprensa mineira, fizeram da cobertura política a matéria-prima do seu trabalho. Obrigado a todos.

Palavras do Ministro Hélio Costa

Exmos. Srs. Deputado Rêmoló Aloise, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando, neste ato, o Deputado Mauri Torres, Presidente da Casa; Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais; Francelino Pereira, ex-Governador do Estado de Minas Gerais; Acir Antão, caro jornalista e ex-Presidente do Ceppo; Carlos Lindenberg, jornalista e caro amigo, Presidente eleito do Ceppo para o biênio de 2005 a 2007; Deputado Federal Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Deputado Federal Saraiva Felipe, Ministro da Saúde; Desembargador Hugo Bengtsson Júnior, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Senador Eduardo Azeredo; Deputado Federal Rafael Guerra; Jarbas Soares, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Ronaldo Vasconcellos, Vice-Prefeito de Belo Horizonte, representando o Exmo. Prefeito desta cidade, Fernando Pimentel; Exma. Sra. Vereadora Neusinha Santos, Líder de Governo na Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando o Presidente, Vereador Silvinho Rezende; Exmo. Sr. 1º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Antônio Andrade; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ilustres jornalistas e ilustres convidados.

Ao chegar aqui, fui escolhido para falar em nome dos Ministros aqui presentes: Patrus Ananias e Saraiva Felipe. Na verdade, acho que fui escolhido por ser o mais velho, por nenhum outro mérito, mas fico muito honrado por ser jornalista de profissão. Homenageamos o Jornalista Carlos Lindenberg, no instante da sua posse, e é evidente que me sinto extremamente honrado por estar aqui, neste momento, fazendo esta saudação em nome dos meus colegas Ministros. Incluo também o nome do ex-Ministro Nilmário Miranda, que está aqui presente.

Tenho algumas lembranças interessantes da minha relação de jornalista com o jornalista Carlos Lindenberg e do político com o jornalista e cronista Carlos Lindenberg. Talvez a mais singela delas tenha ocorrido no interior de Minas Gerais, Norte de Minas, em uma cidade pequena, onde meu amigo Carlos Lindenberg possui uma pequena fazenda, onde passa momentos agradáveis, esquecendo-se do dia-a-dia da política e dos afazeres do grande cronista que é. Chegando em Coração de Jesus, sou abraçado por uma figura que mais parecia Moisés saindo de um filme bíblico, um homem alto, forte, com uma barba muito grande e que dizia: "Vim aqui lhe dar um abraço em nome do Beguinho". Eu não sabia quem era Beguinho e por que estava sendo abraçado por aquela figura suntuosa. De repente, volto a Belo Horizonte e encontro o Carlos Lindenberg, que diz: "O Jucão lhe deu um abraço em meu nome, em Coração de Jesus". Falei: "O Moisés que encontrei lá, o barbudo que me cumprimentou em seu nome."

Assim, em cada cidade a que eu chegava no Norte de Minas, encontrava sempre alguém que tinha como referência no jornalismo o nosso companheiro Carlos Lindenberg. Isso mostra a extraordinária capacidade que teve, tem e sempre terá o jornalista Carlos Lindenberg de estar próximo dos seus companheiros, sempre prestigiado pela sua classe. Ele chegou à Presidência do Ceppo, que é uma entidade que tem o prestígio de congregar os mais importantes jornalistas políticos de Minas Gerais e, certamente, do Brasil.

Nunca podemos esquecer que ser jornalista político em Minas Gerais é tão importante quanto ser jornalista do Vaticano e falar sobre religião. Para nós, o jornalista político em Minas tem uma visão especial porque fazemos uma política especial. Como deixou muito claro Tancredo Neves - o que seu neto herdou, evidentemente com muita facilidade -, em Minas há essa extraordinária arte de fazer política conversando, negociando, encontrando acordos, fazendo com que o interesse coletivo esteja sempre à frente de todos os outros interesses.

Nós, que estamos aqui hoje, representando os Ministros, só temos a dizer que o nosso Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, prestigiou essa classe política com seis mineiros nos seus Ministérios, além de um Vice-Presidente da República competente e capaz, que todos conhecemos. Os ingredientes para a crônica política são tirados da própria vida política de Minas. Em cada um dos setores mais importantes do seu governo, Lula colocou um mineiro.

Eu, que tenho a honra de ser o primeiro jornalista indicado para o Ministério das Comunicações por este Presidente que teve tal sensibilidade, também quero dizer que me senti extremamente envaidecido de, como Ministro, ter colocado à disposição da Assembléia Legislativa de Minas Gerais um instrumento extraordinário, que dará ao cronista político que trabalha nesta Casa, especialmente na TV Assembléia, a oportunidade de levar o relato da vida parlamentar a todas as cidades de Minas Gerais, no momento em que transformamos o Canal 35 de Belo Horizonte em TV aberta da Assembléia.

Para nós é motivo de muito orgulho poder participar deste momento.

Sei que o Carlos Lindenberg, chegando ao Ceppo, realiza o grande momento da sua carreira, pois, mais importante que estar Presidente, é ser acompanhado pelos companheiros aqui citados. Fico feliz pelo fato de muitos terem trabalhado comigo. Não sei se eles é que estão velhos ou eu que fiquei mais novo. Vejo aqui o Márcio Dotti, o João Carlos Amaral, o Luiz Carlos Bernardes, a Valéria - essa, nem tanto. Desculpe-me, não a coloco no meio dos que estão mais velhos, pois você é bem nova -, o Maurício Reis, que também é mais novo, a Sueli Cota, que, hoje, veio aqui toda preparada, sem microfone na mão, para assumir uma das diretorias, o meu companheiro Acir Antão, de tantas e tantas jornadas, o Jadir Barroso, o Fagundes Murta, que trabalhou comigo na redação em Belo Horizonte.

Então, fico extremamente feliz em ver que o Ceppo tem hoje mais um legítimo representante do melhor jornalismo que se faz no Brasil e, certamente, em nosso Estado.

Em meu nome, em nome do meu queridíssimo Patrus Ananias, do meu também queridíssimo companheiro Saraiva Felipe e do ex-Ministro Nilmário Miranda, deixo aqui os meus cumprimentos; tenho certeza de que são também os do Presidente Lula. Muito obrigado.

Palavras do Governador do Estado

Caríssimo Deputado Rêmoló Aloise, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando o Presidente, Deputado Mauri Torres; Exmo. Desembargador Hugo Bengtsson, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Exmos. Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Exmos. Srs. Hélio Costa, Ministro do Estado das Comunicações; Saraiva Felipe, Ministro da Saúde; Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome; Nilmário Miranda, ex-Ministro; caríssimo Presidente, agora empossado, Carlos Lindenberg. Desde já, permito-me cumprimentar a sua grandiosa diretoria, que reúne alguns dos mais talentosos e respeitados homens e mulheres do jornalismo mineiro aqui presentes. Deixo uma saudação especial ao meu amigo Acir Antão, que deixa a Presidência do Ceppo. Tive a oportunidade de lá estar há cerca de dois anos. É fácil reconhecer a importância, meu caro Acir, do seu trabalho e da sua dedicação a essa importante entidade; caríssimo Vice-Prefeito Ronaldo Vasconcellos, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte; caríssimo Senador Eduardo Azeredo, companheiro, amigo, ex-Governador do Estado; caríssimo Francelino Pereira, ex-Governador do Estado; Vereadora Neusinha Santos, representando aqui o Presidente da Câmara Municipal, Silvinho Resende; caríssimo Murilo Badaró, Prefeito de Minas Novas e hoje

Presidente da Academia Brasileira de Letras, ex-Senador e Ministro da República; caríssimo Arlindo Porto, ex-Senador; Deputado Federal Rafael Guerra, por cujo intermédio cumprimento os Deputados Federais aqui presentes; Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo nesta Casa; Deputado Estadual Antônio Andrade, que aqui usou da palavra, por cujo intermédio cumprimento os demais parlamentares presentes.

Permitam-me, ao final, uma saudação especial a uma importante figura da vida mineira, que amanhã conclui o mandato que exerceu e que é motivo de orgulho para todos nós, mineiros, e referência no País e fora dele. Refiro-me à Reitora Ana Lúcia Gazzola, que amanhã passa a Reitoria da UFMG ao seu sucessor, e, em sua pessoa, permitam-me cumprimentar a todas as senhoras e senhores presentes.

Dizia ao Presidente Rêmolo Aloise que estava por um triz para cumprir uma orientação que Francelino Pereira, quando Governador do Estado, deu ao cerimonial do governo, orientação de que tive notícias há pouco tempo e pretendo implementá-la, mas fica ao menos como inspiração para o futuro - dizia ele que, em solenidade em que está o Governador, apenas ele nomeia os membros da Mesa; todos os outros estão não dispensados, mas proibidos de fazê-lo, para que possamos ganhar agilidade. Mas aqui estão figuras tão importantes e representativas da vida mineira que não havia como deixar de citá-las.

Caro Lindenberg, voltando um pouco no tempo, lembro-me de que há dois anos, quando participei da posse do então Presidente Acir Antão, só podia falar de dificuldades e dos desafios que tínhamos pela frente. Mas eu dizia, e acredito que os que estavam na Casa do Jornalista, onde se deu a solenidade, lembram muito bem que tínhamos uma grande e única oportunidade de construir um tempo diferente neste Estado. E esse tempo não dependia exclusivamente da ação daqueles que iniciavam seus mandatos, fossem Governadores, parlamentares ou homens que passavam a responder por áreas representativas de governo. Naquele tempo eu dizia que, enquanto houver sintonia e disposição das forças produtivas de Minas, na expressão maior que a palavra possa ter, é possível se construir um tempo diferenciado em Minas Gerais.

Assim, se hoje Minas se apresenta ao Brasil em situação totalmente distinta daquela de três ou dois anos atrás, é porque tive, caro Presidente Acir Antão, a compreensão e a solidariedade não ao Governador ou a um partido político, mas a um projeto de Estado que estava em curso. Uma solidariedade que não faltou a este governo, até mesmo nos momentos mais agudos, de importantes figuras da Oposição. Faço apenas esse registro, para dizer, concordando com o ilustre Ministro e amigo Hélio Costa, que política em Minas é uma arte, e acho que a vida nacional contemporânea tem-nos permitido dar exemplos muito contundentes e diferenciados de nossa ação - e, quem sabe, o cenário político que se avizinha também nos dê nova oportunidade nessa direção. Em Minas, devemos nos lembrar sempre de ensinamentos de algumas de suas mais importantes lideranças, e me permito a ousadia de relembra Tancredo Neves, que dizia que na política, em Minas, quem briga são as idéias, não os homens.

Se temos hoje, caríssimo Presidente Carlos Lindenberg, uma posição diferenciada no que diz respeito à presença de Minas no contexto nacional, isso se deve, repito, não apenas à ação de governo que aqui vem sendo desenvolvida, mas também - e quero registrar - à presença importante dos Ministros mineiros no governo federal. Aqui, temos de ter sempre a compreensão absolutamente clara da efemeridade dos mandatos pelos quais respondemos; são passageiros, como todos sabem. Tristes são aqueles que se iludem e acham que o poder é eterno; frustram-se e, sobretudo, frustram os que neles confiaram.

Não tenho dúvida, Lindenberg, de que você assume a Presidência do Ceppo em um instante extremamente decisivo para o futuro de Minas e do Brasil. Digo sempre, e reitero aqui, que é muito ruim para Minas Gerais quando não se vê a sua presença política nas grandes questões nacionais. Mas, se é ruim para Minas, tem sido perverso para o Brasil esse distanciamento. E a construção de um novo momento de fortalecimento econômico e político de Minas Gerais haverá de ter em seu jornalismo político uma peça absolutamente fundamental: a qualidade dos jornalistas que aqui estão, muitos deles já com uma experiência que vai muito além das fronteiras mineiras, mas todos na raiz da ação política do Brasil, aprendendo com o tempo que sua ação pode efetivamente ser construtiva mesmo com a crítica mais aguda, que não deve faltar àquele que a mereça.

Mais uma vez, faço essa referência para dizer que tenho uma convicção muito grande, meu caro Presidente Lindenberg, de que as coisas em Minas estão acontecendo numa velocidade muito grande e de forma positiva. Ao recebê-lo na semana passada, conheci um pouco de suas idéias de agregar o Estado de forma mais efetiva nas ações do Ceppo. Tenho absoluta certeza de que nós, dentro de alguns anos, independentemente do cargo que estivermos ocupando - quem sabe, sem cargo algum -, iremos compreender a importância dessa proximidade e de uma ação cada vez mais ousada dos gestores públicos, dos agentes políticos, mas, especialmente, do jornalismo político.

Certa vez Rui Barbosa disse que triste é a sociedade que não tem quem lhe fale, pois, certamente, em muito pouco tempo, estará desacostumada a ouvir. Em Minas, temos absoluta certeza de que nossa sociedade não se cansará de ouvir, porque nada é mais perverso para a construção da democracia do que uma sociedade desinformada. Esse papel, que ao longo dos anos é manifestado de forma efetiva nos momentos mais importantes da vida democrática deste país, esses exemplos que de Minas nem sempre surgiram haverão de ter oportunidade novamente, meu caro Lindenberg. Penso com grandeza e acho que Minas nem sequer tem o direito de pensar com pequenez, pois voltará a influir decisivamente nas questões deste país. A discussão, por exemplo, de um novo pacto federativo é absolutamente urgente, inadiável e tem que surgir de Minas, caso contrário não haverá possibilidade de avanço.

A presença do Governador do Estado tem muito mais o objetivo de simbolizar a importância da posse dessa diretoria e do jornalismo como instrumento insubstituível no avanço e na consolidação da democracia neste país. Ao encerrar minhas palavras e mais uma vez cumprimentando a todos que participam desta solenidade, repito que depende apenas de nós, cada um com sua responsabilidade, com sua atribuição, não importa a que partido político pertença, até porque a maioria da sociedade está desvinculada disso. O principal é colocarmos o interesse maior do Estado de Minas Gerais acima de qualquer objetivo.

Meu caro Presidente Lindenberg, todos devemos comemorar - não como ação de governo, porque está distante de sê-lo, mas como ação da sociedade mineira. Ficarei apenas com este número para sintetizar os outros avanços que Minas vive - o crescimento do PIB no Estado, que neste último ano foi o dobro do PIB nacional. Esse dado mostra que Minas Gerais deixou de ter uma ação passiva no desenvolvimento deste país. Deixamos de ser vagão e passamos a ser locomotiva, o que nos dá autoridade para discutirmos as questões fundamentais da vida nacional, como a reforma tributária e, dentro dela, o próprio pacto federativo ao qual me referi; a urgente e inadiável reforma política - independentemente de quem seja o próximo Presidente da República, deve estar na prioridade de todas as agendas a serem estabelecidas -; o fortalecimento dos Municípios como uma etapa fundamental também a ser vencida para o enfrentamento das enormes, vergonhosas e aviltantes diferenças que ainda nos separam.

Caros Presidente Lindenberg, ex-Presidente Acir Antão, Ministros, senhores e senhoras parlamentares, dirigentes do Ceppo, agradeço a oportunidade. Não poderia perdê-la, pois trata-se de uma parcela seleta de homens e mulheres de Minas, tão preocupados com o futuro deste Estado.

Nesta eleição que se avizinha temos uma enorme oportunidade de, mais uma vez, a partir de Minas, dar exemplos ao País. O que desejamos é a construção de uma sociedade que se desenvolva mais rápido, com mais justiça e solidariedade. A partir de Minas, com responsabilidade e altivez, haverá sempre, independentemente de quem seja o Presidente escolhido, a colaboração e a solidariedade para que o Brasil e Minas Gerais construam seu destino de mais justiça social, mais avanços, mais empregos e renda e, sobretudo, de mais solidariedade com sua gente.

Senhoras e senhores que participam desta solenidade, eu não a considero apenas mais um ato formal e protocolar que exigiria a Presidência de

Ministros de Estado, parlamentares ou do Governador. Todos estamos aqui porque temos a consciência absolutamente clara de que podemos criar um grande diferencial, a partir de Minas Gerais, que permita que as questões fundamentais e urgentes da agenda nacional possam ser implementadas.

Caro Presidente, no momento em que mais uma vez o cumprimento, não faltará por parte do governo do Estado de Minas, até que finde nosso mandato ao final do ano, a colaboração e a visão de grandeza que permitiu que Minas Gerais fosse hoje tão respeitada no Brasil. Conte permanentemente com a capacidade que Minas Gerais tem de se articular, mas, sobretudo, com uma interlocução franca, sincera e permanente do governo do Estado com todos os homens que fazem o jornalismo político de Minas Gerais. Parabéns e muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Governador Aécio Neves; ex-Governador Francelino Pereira; Acir Antão; Carlos Lindenberg; Ministro Hélio Costa; Ministro Patrus Ananias; amigo e Ministro Saraiva Felipe; Desembargador Hugo Bengtsson Júnior; Senador Eduardo Azeredo; Deputado Federal Rafael Guerra; Procurador-Geral de Justiça Jarbas Soares; Vice-Prefeito Ronaldo Vasconcellos, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel; nobre Conselheiro Sylo Costa, que foi um bravo Deputado desta Casa; Vereadora Neusinha Santos, representando o Vereador Silvinho Resende, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Sra. Márcia Ceres Castro, esposa do homenageado, e seus familiares, na pessoa do Presidente eleito, saúdo a diretoria do Ceppo e os jornalistas presentes.

Caro Líder do Governo nesta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho: por onde começar, depois de tudo o que já foi dito desta tribuna a respeito do querido Lindenberg?

A representação maior de Minas, de anos e décadas passadas, encontra-se neste Plenário para comemorar a amizade fraterna entre os políticos e os jornalistas. Não se é político sem se ter sido um pouco jornalista; não se é jornalista sem se ter sido um pouco político.

Meu caro Lindenberg, durante os 16 anos de militância nesta Casa, tive a oportunidade de conhecer vários políticos, cada um com seu estilo. Conheci alguns do Norte de Minas Gerais, e descobri que neles há algo diferente e especial. É um povo que tem raça, que batalha, que tem ética. Não sei se é uma questão geográfica. Não é o caso, por exemplo, do meu Sul de Minas. O povo do Norte de Minas, de sua querida Espinosa e Montes Claros, tem um jeito especial.

Há alguns anos, nas praias de Salvador, tomando água de coco, tive oportunidade de conhecer um pouco mais o Lindenberg. E hoje o destino me dá a honra de fazer uma saudação a ele e à sua equipe.

Lindenberg, ética é questão de consciência. Não se tem ética se a consciência não falar mais forte do que os desejos que nos impelem para outros caminhos. Tenho certeza de que sua consciência, que sempre esteve e sempre estará de acordo com os princípios éticos, sustentará seu trabalho na Presidência do Ceppo.

Nosso querido Governador Aécio Neves falou sobre Minas Gerais. Para não ser repetitivo, não direi mais nada, mas, por dever de ofício, em nome dos Deputados e das Lideranças, que concederam esta homenagem ao Ceppo, é preciso dizer que este ano é especial, porque Minas Gerais sairá à frente dos outros Estados. E por que razão? Por causa da administração que está sendo implantada neste Estado.

E como se chegou a esse ponto? Governador, nesta Casa há um livro intitulado Dicionário Biográfico. Por volta das 18 horas de hoje, pedi à Secretaria-Geral da Mesa que o trouxesse ao meu gabinete. Gostaria de conhecer mais sobre os Deputados que por aqui passaram e chegaram ao governo de Minas. Três chegaram. Aécio Neves chegou. São João del-Rei, 1910; São João del-Rei, 1933, Vereador mais votado. Em 1945, foi Deputado da Constituinte. Foi Deputado Federal por três mandatos. Essa longa história passou também por este Plenário.

Por meio dos projetos de lei que pôs à disposição dos parlamentares para serem votados, detectamos uma característica fundamental. Trata-se de um tributarista nato. Defendeu a autonomia dos Municípios, dos Estados e da Federação. Não abriu mão das questões que abordou aqui.

V. Exa. tem uma raiz, o DNA do Dr. Aécio, visto que faz um governo de ordem, em que as ações são iniciadas e terminadas. O seu governo tem direção, não se perdeu na caminhada e nas encruzilhas que a política reserva aos grandes governantes. Quando li o referido livro, senti que de lá V. Exa. trouxe o que Minas tem, com sua assessoria de primeiro escalão.

Quando falo no Alberto, demonstro o respeito que temos pelo nosso Líder. No entanto, refiro-me também ao Fahim, Rodrigues, Adalclever Lopes, mais jovem Deputado, intempestivo, mas amigo dos seus amigos. Refiro-me ainda ao Antônio, ao Domingos e ao Arlen Santiago, do Norte. Não é necessário citar o Jésus e os demais, pois entendo que foram citados. Não é isso Dalmo? Esse menino que está a seu lado tem um futuro brilhante. O querido Murilo Badaró, no Palácio, disse: "Em nome do Gustavo Corrêa, saúdo todos os Deputados da Assembléia Legislativa". É isso aí Murilo. O Carlos Elói, que também está presente, conhece bem esta Casa.

A Assembléia, no seu dever institucional, tornou-se uma Casa que não abre mão da ética e, acima de tudo, do desejo de ver Minas sair na frente de todos os outros Estados. Quem tem a felicidade de colocar o Estado na situação em que hoje se encontra não poderia deixar de, nesta noite, saudar o nobre Lindenberg. Encerro, Lindenberg, dizendo: "Tudo vale a pena, quando a alma não é pequena".

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e das autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 21, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 21/3/2006.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 21/2/2006

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Sargento Rodrigues e Jayro Lessa (substituindo este ao Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento de ofícios das seguintes autoridades, publicados no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional (16/12/2005); Jésus Trindade Barreto Júnior, Chefe de Gabinete do Delegado-Geral de Polícia da Polícia Civil do Estado (4 e 11/2/2006); Fernando Antônio Fagundes Reis, Secretário Particular do Governador do Estado, e Elaine Martins

Parise, Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Jurídica do Ministério Público do Estado (4/2//2006); Rosalvo Ribeiro Mendes, Assessor de Gabinete da Subsecretaria de Administração Penitenciária, da Secretaria de Defesa Social, e Frederico César Silva Melo, Coordenador Administrativo de Gabinete da Secretaria de Defesa Social (21/1/2006); Sérgio Henrique Silva e outros, moradores do Município de Divisa Nova, Reinaldo Milan, Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo (SP), Walter Gregório de Oliveira, Presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Pompéia, Rogério Filippetto de Oliveira, Chefe de Gabinete do Secretário de Defesa Social (22/12/2005); Eduardo Betti Menezes, Delegado-Geral de Polícia e Chefe do Detran-MG (27/12/2005); Régis Lemos Júnior, Vereador à Câmara Municipal de Extrema (7/1//2006); Ricardo Ávila de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Leopoldina, solicitando realização de reunião para debater a questão da violência nesse Município; Elaine Martins Parise, Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Jurídica, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.853/2005, desta Comissão; carta anônima contendo diversas denúncias. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.827/2005 (relator: Deputado Leonardo Moreira). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.871, 5.904 e 5.919 a 5.922/2005. Registra-se a chegada do Deputado Weliton Prado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (2), em que pede seja encaminhado ofício ao Governador do Estado solicitando-lhe estudar a possibilidade de disponibilizar um helicóptero em caráter definitivo para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Município de Governador Valadares; e em que pede seja realizada reunião para ouvir o Chefe da Polícia Civil do Estado; Padre João, em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a violência no Município de Mariana, especialmente quanto ao tráfico e ao uso de entorpecentes; Antônio Andrade, em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a situação da segurança pública no Município de Paracatu; Adalclever Lopes, em que solicita a realização de reunião para ouvir o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; George Hilton, em que solicita seja realizada reunião no Município de Medina para discutir, em audiência pública, o tema "Combate à violência no Vale do Jequitinhonha". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2006.

Antônio Júlio, Presidente - Sargento Rodrigues - Ana Maria Resende.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 7/3/2006

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Ermano Batista, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.920, 2.922, 2.930 e 2.937/2006 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.921, 2.924, 2.925, 2.943, 2.944 e 2.945/2006 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 2.917, 2.932 e 2.941/2006 (relator: Deputado George Hilton); 2.919, 2.927, 2.936, 2.938 e 2.946/2006 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.916, 2.926, 2.928, 2.934, 2.935 e 2.947/2006 (relator: Deputado Ermano Batista); 2.915, 2.931, 2.939 e 2.942/2006 (relator: Deputado Gustavo Corrêa); 2.918, 2.929, 2.940 e 2.948/2006 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.397/2005 (relator: Deputado Ermano Batista); 2.830, 2.849 e 2.895/2005 (relator: Deputado Ermano Batista); 2.890/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.888/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 2.825/2005 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.920/2006 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Com a palavra, o Deputado Gustavo Corrêa, relator do Projeto de Lei nº 2.915/2006 emite parecer, no 1º turno, que conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do referido projeto com a Emenda nº 1, apresentada esta pela Deputada Jô Moraes. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Gustavo Corrêa, que conclui pela antijuridicidade, pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.533/2005, no 1º turno, o Presidente solicita vista da referida matéria. Os Projetos de Lei nºs 2.772 e 2.779/2005 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento da Deputada Lúcia Pacífico, aprovado pela Comissão. O Projeto de Lei nº 2.836/2005 é retirado de pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado George Hilton, aprovado pela Comissão. São convertidos em diligência ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão os Projetos de Lei nºs 2.887/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa) e 2.889/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa); ao DER-MG o Projeto de Lei nº 2.879/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa); ao Diretor-Geral da Fundação Rural Mineira o Projeto de Lei nº 2.900/2005 (relator: Sebastião Costa). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.883 e 2.892/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 2.885/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.897/2005 (relator: Deputado Ermano Batista). Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela antijuridicidade, pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.721/2005 (relator: Deputado Ermano Batista). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de março de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Sebastião Costa - Ermano Batista.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 22/3/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 92, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.798, que dá nova redação ao inciso XVII do art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.814, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao inciso III do art. 4º e pela rejeição do veto ao art. 5º e aos incisos III e VII do art. 6º da proposição.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.860, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que especifica, que dispõe sobre a Vantagem Temporária Incorporável - VTI - e sobre o posicionamento dos servidores nas carreiras e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.870, que institui a política estadual de apoio à produção e à utilização do biodiesel e de óleos vegetais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao inciso VIII e parágrafo único do art. 4º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.872, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; 14.066, de 22/11/2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis; 4.747, de 9/5/68, que dispõe sobre a cobrança de taxas estaduais; 11.403, de 21/1/94, que reorganiza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG-, e 10.992, de 29/12/92, que estabelece tratamento tributário diferenciado e simplificado para o microprodutor rural e para o produtor rural de pequeno porte, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.882, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2006. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.810, que altera a Lei nº 15.394, de 6/10/2004, que torna obrigatório o exame de fundo de olho em recém-nascidos no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.796/2005, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado, nos termos do art. 37, inciso XI, c/c art. 93, inciso V, da Constituição Federal. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.625/2004, do Deputado George Hilton, que acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 11.393, de 6/1/94 com alterações da Lei nº 12.281, de 31/7/96, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização - Find - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.904/2004, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a Política Estadual de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Hipertermia Maligna no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.917/2004, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização periódica de assepsia nos tanques de areia utilizados pelos clubes, parques e estabelecimentos de ensino públicos e particulares nas atividades esportivas ou de recreação no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.005/2006, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/89, que reestrutura a remuneração do pessoal da PMMG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 22/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.160/2006, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 22/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.312/2005, do Deputado Antônio Andrade.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 22/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.357/2005, do Governador do Estado; 2.499/2005, do Deputado Paulo Piau.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 676/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 2.342/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.433/2005, do Deputado Sebastião Costa; 2.637/2005, do Deputado George Hilton; 2.661/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.005/2006, do Governador do Estado.

Em turno único: Mensagem nº 507/2006, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.836/2005, da Comissão de Participação Popular; 6.138/2006, do Deputado Carlos Gomes; 6.141/2006, do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 22/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a cobrança de ponto adicional e a codificação indevida de canais realizadas pela Net Serviços de Comunicação, em Belo Horizonte, e o excesso de propaganda veiculada em sua programação, com diversos convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 22/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.915, 2.916, 2.920 e 3.005/2006, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.796/2005, do Procurador-Geral de Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.117/2006, do Deputado Gustavo Corrêa; 6.140/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.158/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.200/2006, da Deputada Ana Maria Resende.

Convidados: Sr. Mauro Lobo, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 22/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.625/2004, do Deputado George Hilton.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.993/2006, da Comissão de Participação Popular; 6.159/2006, do Deputado Jayro Lessa; 6.169/2006, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 22/3/2006, destinada ao prosseguimento do 5º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais.

Palácio da Inconfidência, 22 de março de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 22/3/2006, destinada I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do veto à Proposição de Lei Complementar nº 92, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado e dá outras providências; e dos vetos às Proposições de Lei nºs 16.798, que dá nova redação ao inciso XVII do art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o IPVA e dá outras providências; 16.810, que altera a Lei nº 15.394, de 6/10/2004, que torna obrigatório o exame de fundo de olho em recém-nascidos no Estado; 16.814, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências; 16.860, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que especifica, que dispõe sobre a Vantagem Temporária Incorporável - VTI - e sobre o posicionamento dos servidores nas carreiras e dá outras providências; 16.870, que institui a política estadual de apoio à produção e à utilização do biodiesel e de óleos vegetais; 16.872, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; 14.066, de 22/11/2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis; 4.747, de 9/5/68, que dispõe sobre a cobrança de taxas estaduais; 11.403, de 21/1/94, que reorganiza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG-, e 10.992, de 29/12/92, que estabelece tratamento tributário diferenciado e simplificado para o microprodutor rural e para o produtor rural de pequeno porte, e dá outras providências; e 16.882, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2006; e dos Projetos de Lei nºs 1.625/2004, do Deputado George Hilton, que acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 11.393, de 6/1/94, com alterações da Lei nº 12.281, de 31/7/96, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização - Find - e dá outras providências; 1.904/2004, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a Política Estadual de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Hipertermia Maligna no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.917/2004, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização periódica de assepsia nos tanques de areia utilizados pelos clubes, parques e estabelecimentos de ensino públicos e particulares nas atividades esportivas ou de recreação no Estado; 2.796/2005, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado, nos termos do art. 37, inciso XI, c/c art. 93, inciso V, da Constituição Federal; e 3.005/2006, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/89, que reestrutura a remuneração do pessoal da PMMG; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 21 de março de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 96/2006

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Dimas Fabiano, João Leite e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2006, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 21 de março de 2006.

Sebastião Costa, Presidente " ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Cecília Ferramenta e Maria Olívia e os Deputados Carlos Gomes e Leonídio Bouças, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/3/2006, às 10 horas, na Câmara Municipal de Monte Claros, com a finalidade de debater o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de março de 2006.

Paulo Cesar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Milton, André Quintão, Miguel Martini e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/3/2006, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a regulamentação da Lei nº 15.757, de 4/10/2005, que autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS a aquisição de automóvel para a utilização por pessoa portadora de deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou autista, bem como sobre denúncias apresentadas pelo Centro de Vida Independente de Belo Horizonte - CVI - BH - e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de março de 2006.

Maria Tereza Lara, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o veto total à proposição de lei Nº 16.798

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe é conferida no art. 90, VIII, c/c o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto total à proposição de lei em epígrafe, que dá nova redação ao inciso XVII do art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 487/2006, publicada no "Diário do Legislativo" de 17/2/2006.

Constituída esta Comissão, nos termos do art. 222, c/c o art. 111, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno, compete-nos examinar o veto e sobre ele emitir parecer.

Fundamentação

O art. 1º da proposição visa modificar a hipótese de isenção do IPVA disposta no inciso XVII do art. 3º da Lei nº 14.937, de 2003, relativa a veículo pertencente a motorista profissional autônomo que o utilize exclusivamente para transporte escolar, na zona rural ou desta para a zona urbana, contratado pela Prefeitura do Município onde seja prestado o serviço. Com a alteração, cabe a isenção ainda que o veículo esteja gravado com o ônus da alienação fiduciária, ou que o motorista detenha a sua posse em decorrência de contrato de arrendamento mercantil ou "leasing" por ele celebrado. Outra alteração prevista no mesmo inciso se refere à forma de contratação do motorista pela Prefeitura, que poderá ser feita tanto individualmente como por meio de cooperativa. A proposição também tem como objetivo, em seu art. 2º, tornar mais claro o entendimento sobre a exigência de utilização de faixa em veículo destinado à condução coletiva de escolares, explicitando que é admitida a utilização de faixa adesiva em substituição à pintura, desde que atendidas as demais especificações.

No entendimento da Secretaria de Estado de Fazenda, apresentado nas razões do veto, na alteração proposta pelo art. 1º da proposição deveria ter sido incluída a previsão da aplicação da mesma regra disposta no § 3º do art. 3º da Lei nº 14.937, de 2003, que determina que o veículo utilizado como táxi, adquirido com reserva de domínio e, posteriormente, retomado pelo credor alienante fiduciário, seja privado da isenção do IPVA, que deverá ser pago pelo credor alienante fiduciário ainda no exercício da retomada. Segundo a Secretaria, a aplicação dessa

regra traria maior segurança para o erário público. As razões do veto contêm também o entendimento da Advocacia-Geral do Estado, que considera que o art. 1º da proposição de lei fere o disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que não estabelece uma compensação pela renúncia de receita. Para a Advocacia-Geral, o art. 2º da proposição é inconstitucional, pois a pretendida utilização de faixa adesiva em substituição à pintura do veículo invadiria a competência privativa da União para legislar sobre regras de trânsito e transporte, nos termos do inciso XI do art. 22 da Constituição da República.

Com relação ao art. 1º da proposição, acreditamos que a ausência da regra específica para o dispositivo alterado, apontada pela Secretaria de Estado de Fazenda, não traz prejuízo para a sua compreensão. Isso se deve à existência de uma regra geral, disposta no § 3º do art. 2º da Lei nº 14.937, de 2003, que estabelece que, em se tratando de veículo usado que não se encontrava anteriormente sujeito a tributação, considera-se ocorrido o fato gerador na data em que se der o fato ensejador da perda da imunidade ou da isenção. Consideramos também que a alteração pretendida pelo art. 1º da proposição não configura concessão ou ampliação de benefício de natureza tributária, pois apenas evidencia o entendimento já observado na jurisprudência, conforme consta na justificação que acompanhou o projeto. Não há, portanto, a necessidade de se observarem as condições estabelecidas pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quanto ao art. 2º, entendemos que não há invasão de competência, uma vez que o dispositivo apenas explicita uma interpretação da regra contida no Código de Trânsito Brasileiro que já é utilizada na prática.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.798.

Sala das Comissões, 21 de março de 2006.

Paulo Piau, Presidente - Célio Moreira, relator - Maria Tereza Lara.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.693/2005

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo - Asilo João XXIII, com sede no Município de Januária.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Fundado em 1967, no Município de Januária, o Asilo em referência é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e cuja finalidade, estabelecida em estatuto, é a prática da caridade cristã através da assistência social e promoção humana.

Para a consecução desse fim, mantém estabelecimento destinado a abrigar idosos de ambos os sexos, com serviços de atendimento a famílias e pessoas necessitadas - tais como assistência médica e odontológica -, às quais propicia, também, apoio moral e instrução religiosa.

Tendo em vista a relevância desses objetivos, consideramos oportuno conceder-lhe título declaratório de utilidade pública, como reconhecimento de seus esforços em prol da melhoria da qualidade de vida.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.693/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 20 de março de 2006.

Jô Moraes, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.819/2005

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Asilo de Idosos Casa Frederico Ozanam, com sede no Município de Diamantina.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em causa, orientada pelos princípios da Sociedade de São Vicente de Paulo, tem por objetivo a prática da caridade e solidariedade cristãs, assistindo e auxiliando as pessoas necessitadas.

Sua maior atividade está na manutenção de estabelecimento destinado a prover as necessidades fundamentais de pessoas idosas de ambos os sexos, fornecendo-lhes abrigo, suporte material e espiritual.

Dentro de suas limitações, esforça-se para ajudar e prestar serviços a famílias e outras pessoas despossuídas e à margem da sociedade.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.819/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de março de 2006.

Jô Moraes, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.832/2005

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da Deputada Cecília Ferramenta, o Projeto de Lei nº 2.832/2005 visa a declarar de utilidade pública o Clube de Mães Santa Clara de Assis, com sede no Município de Ipatinga.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Clube de Mães Santa Clara de Assis possui como finalidade primordial promover a integração de mães no contexto social e político do Município de Ipatinga.

Para alcançar suas metas, promove cursos de formação pré-profissionalizante, cria núcleos de produção que garantam oportunidades de rendimento para mulheres de baixa renda ao mesmo tempo que fomenta seu crescimento social e intelectual.

Celebra, também, convênios com órgãos públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, buscando proporcionar-lhes melhores condições de vida.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.832/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de março de 2006.

Jô Moraes, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.848/2005

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Helvécio, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Setor Cinco - Amosc -, com sede no Município de Paiva.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Associação tem por finalidade a mobilização organizada dos moradores da região do Município de Paiva, para desenvolver esforços visando à melhoria das condições de vida.

Dentro da comunidade, tem um papel relevante na assistência às famílias carentes, combatendo a fome e a pobreza, elaborando projetos filantrópicos e fazendo campanhas para arrecadação de fundos.

Apresenta-se como representante autorizada dos moradores junto ao poder público e à iniciativa privada e consolida esforço para implantar e operar um sistema de radiodifusão comunitária, submetido aos parâmetros legais, capaz de democratizar a informação e a comunicação.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.848/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de março de 2006.

Jô Moraes, relatora.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.005/2006

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 3.005/2006 altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/89, que reestrutura a remuneração do pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Em seguida, a Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação da matéria na forma apresentada.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do art. 188 c/c o art. 102, inciso VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

Encaminhada a esta Casa por meio da Mensagem nº 510/2006, a proposição em tela institui verba indenizatória para os militares da ativa e para os servidores em atividade integrantes do quadro efetivo da Polícia Civil, da carreira de Agente de Segurança Penitenciária e de Agente de Segurança Socioeducativo. O objetivo da proposição é ressarcir esses servidores das despesas relativas aos gastos com aquisição de fardamento ou uniforme necessários ao desempenho de suas funções. Segundo consta na referida mensagem, atualmente os militares do Estado vêm arcando periodicamente com o ônus da aquisição e da manutenção "em boas condições dos uniformes definidos como de posse obrigatória, no regulamento próprio, nos termos do § 1º do art. 32 da Lei Delegada nº 37, de 1989". Na mesma situação se encontram os demais servidores acima mencionados, por exercerem uniformizados as suas funções, razão pela qual se propõe estender a eles a indenização ora instituída.

O projeto em tela, portanto, em seu art. 1º, altera o art. 32 da Lei Delegada nº 37, de forma a instituir verba indenizatória em valor correspondente a 40% da remuneração básica do Soldado de 1ª Classe, a ser paga anualmente aos militares da ativa. Os arts. 2º e 3º da proposição estendem o benefício aos servidores em atividade integrantes do quadro efetivo da polícia civil, da carreira de Agente de Segurança Penitenciária e de Agente de Segurança Socioeducativo e também aos contratos temporários de prestação de serviço dessas categorias profissionais. O art. 4º, por sua vez, estabelece que as despesas relativas à aplicação da lei correrão à conta das dotações orçamentárias do orçamento corrente das instituições a que se vinculam os servidores beneficiados.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria. A Comissão de Administração Pública, por sua vez, opinou pela aprovação da matéria na forma apresentada.

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -, em seu art. 17, define como despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios. Com base na referida norma jurídica, portanto, a verba indenizatória ora instituída constitui despesa de caráter continuado, razão pela qual se faz necessário o atendimento dos pressupostos definidos em seu art. 17, que estabelece que os atos que criarem ou aumentarem despesa dessa natureza deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subseqüentes, e com demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio.

Em atendimento ao disposto na LRF, o Governo do Estado enviou a esta Casa, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - ofício em que constam os valores correspondentes ao impacto da medida proposta nas contas públicas do Estado. Segundo o ofício em referência, o custo anual estimado da proposta em tela é de R\$31.983.187,00. A Seplag informou ainda que o acréscimo desse valor aos gastos do Estado com pessoal não implica ultrapassar o limite de 49% da receita corrente líquida, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para gastos com pessoal no âmbito do Executivo Estadual; cabe ressaltar, porém, que a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 18, define como despesa de pessoal o somatório dos gastos do ente da Federação com quaisquer espécies remuneratórias pagas aos servidores públicos, o que, no caso em questão, exclui a despesa instituída dos gastos dessa natureza.

Por essa razão, esta Comissão entende que a proposta em tela é relevante e não encontra óbice na legislação pertinente à matéria financeira e orçamentária, razão pela qual deve ser aprovada por esta Casa.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.005/2006, no 1º turno.

Sala das Comissões, 21 de março de 2006.

Domingos Sávio, Presidente e relator - Dinis Pinheiro - José Henrique - Sargento Rodrigues - Ricardo Duarte.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.005/2006

Comissão de Administração Pública

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 3.005/2006 altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/89, que reestrutura a remuneração do pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais.

A proposição foi preliminarmente distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e

legalidade.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do Regimento Interno desta Casa.

Fundamentação

A proposição em epígrafe cria para os militares estaduais da ativa indenização para aquisição e manutenção de fardamento, no valor correspondente a 40% da remuneração básica do Soldado de 1ª Classe, a ser paga anualmente no mês de abril.

Tal benefício é estendido ao aluno de curso de formação e aos servidores da ativa pertencentes ao Quadro Específico de Provedimento Efetivo da Polícia Civil, à Carreira de Agente de Segurança Penitenciário, criada pela Lei nº 14.695, de 30/7/2003, à Carreira de Agente de Segurança Penitenciário, de que trata o art. 6º da Lei nº 13.720, de 27/9/2000, à Carreira de Agente de Segurança Socioeducativo, criada pela Lei nº 15.302, de 10/8/2004, bem como aos Agentes de Segurança Penitenciário e aos Agentes de Segurança Socioeducativos contratados temporariamente com base no disposto no art. 11 da Lei nº 10.254, de 20/7/90, na proporção da vigência do contrato.

Com essa medida, pretende-se indenizar os militares da ativa pelos gastos que efetuam para aquisição e manutenção de fardamento. Segundo informação prestada pelo Chefe do Executivo na mensagem enviada a esta Casa, os demais servidores abrangidos pela proposta também realizam despesas com material necessário ao desempenho de suas funções, fazendo jus ao benefício.

Uma vez que não há óbice jurídico à aprovação da matéria, conforme analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, resta-nos dizer que, no mérito, a proposta é justa e equilibrada.

As despesas efetuadas pelos referidos servidores certamente comprometem o seu orçamento pessoal. Os vencimentos do setor público, em regra, por diversas razões conjunturais, não atingem os patamares desejados. Havendo despesas para o exercício da função, tais vencimentos se reduzem ainda mais, com prejuízo para a qualidade de vida do servidor e de sua família.

Os agentes estatais, para além de condições adequadas de trabalho e de um ambiente laboral fraterno e saudável, precisam ser devidamente remunerados. A reunião desses fatores não só favorece a situação pessoal do servidor, mas também resulta em serviços públicos mais eficientes, beneficiando, em última análise, a própria sociedade.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.005/2006.

Sala das Comissões, 21 de março de 2006.

Fahim Sawan, Presidente e relator - Antônio Júlio - Dinis Pinheiro - Ricardo Duarte - Sargento Rodrigues.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 2.796/2005

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Procurador-Geral de Justiça, o Projeto de Lei nº 2.796/2005 dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado, nos termos do art. 37, inciso XI, c/c o art. 93, inciso V, da Constituição Federal.

A proposição foi aprovada no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, e retorna agora a esta Comissão para receber parecer no 2º turno, nos termos regimentais.

Segue anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto em epígrafe dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado, ajustando as remunerações aos ditames da Constituição da República, em especial, ao que dispõem o art. 39, § 4º, e o art. 128, § 5º, I, "c".

Saliente-se que a regulamentação dessa matéria não é novidade em nossa Federação. A União já fixou o subsídio do Procurador-Geral da República por meio da Lei nº 11.144, de 26/7/2005, assegurando-lhe o mesmo valor que o do subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Vários Estados já disciplinaram a matéria ou a apreciam nas respectivas Casas Legislativas. A Bahia, por exemplo, já fixou o subsídio dos Procuradores de Justiça, com a devida repercussão no subsídio dos demais membros do Ministério Público - Lei nº 9.293, de 3/1/2005. O Governo do Pará promulgou a Lei nº 6.764, de 14/11/2005, estabelecendo o subsídio dos Procuradores de Justiça desse Estado idêntico ao previsto na proposição em exame. No Mato Grosso, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à aprovação da proposição que fixa o subsídio do Procurador-Geral desse Estado nos mesmos patamares que o do projeto em exame. Na mesma linha, tramita projeto de lei no Estado de Rondônia.

Assim, ao aprovar a matéria na forma do Substitutivo nº 1, o Estado de Minas Gerais apenas acompanha os demais entes da Federação, assegurando aos membros do Ministério Público estadual tratamento similar àquele de que gozam os integrantes do "parquet" de outras unidades da Federação.

Não vislumbramos a necessidade de nenhuma contribuição para o aperfeiçoamento da proposição nesta fase da tramitação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação em 2º turno do Projeto de Lei nº 2.796/2005, na forma do vencido, a seguir apresentado.

Sala das Comissões, 21 de março de 2006.

Fahim Sawan, Presidente e relator - Sargento Rodrigues - Dinis Pinheiro - Ricardo Duarte - Antônio Júlio.

PROJETO DE LEI Nº 2.796/2005

(Redação do Vencido)

Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O subsídio do Procurador de Justiça será de R\$22.111,25 (vinte e dois mil cento e onze reais e vinte e cinco centavos) a partir de 1º de janeiro de 2006.

Parágrafo único – A fixação do subsídio em parcela única não impede o pagamento de parcelas de caráter indenizatório.

Art. 2º – Entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2005, o subsídio do Procurador de Justiça será de R\$19.403,75 (dezenove mil quatrocentos e três reais e setenta e cinco centavos).

Parágrafo único – A diferença decorrente da fixação do subsídio prevista no "caput" deste artigo será paga de forma parcelada, conforme o regulamento expedido pelo Procurador-Geral de Justiça, observada a disponibilidade orçamentária do órgão.

Art. 3º – Ficam fixados os demais subsídios da carreira do Ministério Público, guardando-se a diferença de 5% (cinco por cento) entre o subsídio de cada nível e o do imediatamente inferior, com base no valor estabelecido para o subsídio do Procurador de Justiça.

Art. 4º – As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público.

Art. 5º – A implementação do disposto nesta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/3/2006, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, e Decisão da Mesa de 18/10/2005, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Eder Florindo Tolentino Silveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2006

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 4/4/2006, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global (anual), tendo por finalidade a contratação de empresa para fornecimento de lanches aos alunos de escolas públicas e particulares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, participantes do Programa de Educação para a Cidadania e do Projeto Parlamento Jovem da Assembléia Legislativa.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 21 de março de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 22/2/2006, na pág. 23, col. 2, onde se lê:

"Flávia Alexandra de Oliveira Torres", leia-se:

"Flávia Alexandra de Oliveira Torres Mari".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 21/3/2006, na pág. 32, col. 3, no texto, na linha 4, onde se lê:

"na Sala das Comissões," leia-se:

"na Câmara Municipal de Bom Despacho,".